

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS

FABIO AUGUSTO GOMES¹

GIBRAN RODRIGUES LEUTNER²

MARKLEY RIBAS SÉKULA³

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre como são utilizados os conceitos de Habilidades básicas, Habilidades Transferíveis e Formação técnico-profissional na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois os conceitos são o mote do Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos (RMG - 2012) que trazem as metas a serem alcançadas pelo o Brasil na educação, estabelecidas na Conferência Mundial de Educação para Todos realizada pela primeira vez em Jomtein – Tailândia (1990) e reafirmados em sua segunda edição em Dakar – Senegal (2000), entretanto tal modelo não é destituído de interesses, pois ao se tornar signatário de tais compromissos o Estado brasileiro fica sob juízo de organismo e organizações internacionais que reforçam uma educação voltada para o capital. Surgem dois problemas a partir deste cenário: o primeiro o que a EJA entende por trabalho, uma formação pautada nos conceitos supracitados darão conta de transformar a realidade educacional dos Jovens e Adultos? Buscando responder tais questionamentos o artigo se estruturará da seguinte forma: educação para o trabalho ou desenvolver habilidades para o mercado, análise das conferências, tendo como objeto as propostas para a EJA, e o RMG de 2012.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos; organismos internacionais; trabalho.

¹ Coordenador pedagógico no município de Pinhão, mestrando em Educação.

² Professor da Rede Estadual de Ensino, especialista em educação de jovens e adultos.

³ Professor da Rede Estadual de Ensino, especialista em educação de jovens e adultos.

1. INTRODUÇÃO

A educação apresenta-se no horizonte coetâneo como um dos mais intrincados paradoxos, pois de um lado existe um modelo educacional que preconiza a busca pelo capital e a preparação/inserção para o mercado de trabalho, fruto de acordos internacionais, vinculados a mecanismo estrangeiros; e do outro os anseios de uma população que clama por uma educação realmente libertadora, que não apenas instrua, mas que proporcione a cada societário, ferramentas para uma mudança social.

Segundo Noam Avram Chomsky (2001, p.107): “A educação deve, com certeza, ser um componente fundamental de qualquer programa de transformação da sociedade.”, porém se associadas a valores, que não visem à transformação, se transmitem em formas de domínios, exploração consentida e alienação. Desta forma é imperativo analisar qual é a educação que se está submetido, suas intenções e interesses, a fim de buscar saídas e práticas libertadoras.

O paradigma educacional vigente, pautado em um modelo empresarial, que visa à formação para o mercado de trabalho está em dissonância com o que se ensina nas escolas, pois esta ainda versa sobre a formação humanística, filosófica, metafísica, que infelizmente não prepara para uma real transformação social e também não forma o trabalhador capitalista. Tal limbo educacional é revelado pelas péssimas colocações nas avaliações internacionais, sendo a principal PISA (programa internacional de avaliação dos estudantes) e nacionais Saeb, Prova Brasil, Inep, entre outras. Porém a educação não é uma nau a deriva e os caminhos estão internacionalmente traçados, é uma educação que tem no horizonte a formação do trabalhador capitalista, compromisso assumido no início da década de 1990 aceitando os ditames dos organismos internacionais, UNESCO, FMI, Banco

Mundial, UNICEF, assinando na Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia sua carta de servidão, tutelado pelo imperialismo monetário internacional.

Sendo assim, mesmo não tendo alcançado seus objetivos mercadológicos a educação caminha firme e forte para atender estas demandas internacionais, coerentes com a doutrina capitalista, esmaecendo as vias contrárias que preconizam a superação do capital em busca de uma educação libertária.

A Educação de Jovens e Adultos é resultado deste fracasso, pois atende uma parte da população que não teve acesso à educação ou que por algum motivo, o mais presente é o abandono dos estudos para prover o seu sustento ou da família, busca o retorno à vida estudantil. Fortemente marcada pelo trabalho esta modalidade da educação básica reconhece a suma importância de terminar seus estudos e qualificar-se para o mercado de trabalho. Se outrora era fortemente marcada pelas ideias de Paulo Freire, que via o labor como situação de libertação das condições sociais, hoje soçobra na empirotecnia, ou seja, em uma formação aligeirada, pautada em competências técnicas de uso mecânico tendo vistas atender as necessidades do mercado.

Existem diferenças entre o conceito de trabalho proposto pelas teorias libertárias e aqueles expressos nos documentos oficiais, principalmente nos que constam nos Relatórios de Monitoramento Global de Educação para todos, que enfatizam as habilidades Transferíveis e a formação técnico-profissional, objetos de análise deste artigo; questionando-os se estes são suficientes para alguma transformação para estes estudantes, ou se apenas corroboram para o processo de dominação e exploração da classe estudantil trabalhadora.

Portanto se apresenta algumas reflexões sobre a polissemia do conceito de trabalho nas perspectivas libertárias e capitalistas em um primeiro momento, as conferências e como são vistas as perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos em um segundo momento, e um terceiro momento em que se realizarão algumas considerações sobre o estudo.

1.1 Definindo trabalho

O trabalho possui em si uma gama de variáveis, pois pode ser compreendido a partir de várias óticas, da filosófica a religiosa, da cultural a social. Não foram poucos os sistemas de pensamentos que utilizaram a acepção como sustentáculo epistemológico, como essência material da existência ou como expiação por faltas cometidas.

Historicamente surge no livro bíblico Gênese, capítulo III, versículo 19: “Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte a terra, visto que dela foi tirado; porque você é pó e ao pó voltará.” Ou seja, é pelo trabalho que o homem viverá até o findar de seus dias se redimindo pelo erro cabal de Adão que sucumbiu a tentação e caiu em pecado, o pecado original. Deus inflige ao seu filho o castigo do trabalho, do labor, da labuta para expiar seu grasso erro, sendo que a cada gota de suor o envergonha e relembra que esta vida sofrida é tendo em vista a redenção da vida eterna que perderá. Desta forma trabalho, como castigo, é empregado até o final da idade média. Laborar é a grande maldição e aquele que vive sem labutar é considerado um ser superior, basta uma leitura dos grandes renomes da filosofia grega, Platão e Aristóteles.

Esta tradição judaico-cristã encontra precedentes na sociedade grega, pois para estes o trabalho manual era inferior à contemplação da natureza e era denominada como *baunasia* que segundo Abbagnano (2000, p.104), “significava em grego, arte mecânica ou trabalho manual em geral, implica uma desvalorização desse tipo de atividade como coisa grosseira ou vulgar... [...] estas artes mecânicas trazem em si estigma social.” Desta forma trabalhar era função apenas dos escravos e mulheres, sendo os cidadãos estavam livres destas agruras.

Surge a contraposição de trabalho manual (artes mecânicas) e trabalho intelectual (artes liberais), ou seja, uma educação diferenciada, classista em que uns eram educados para o ofício, artesãos, agricultores, ferreiros o povo, a plebe em geral e outros para a vida contemplativa, os senhores de terras, os padres oriundos de famílias ricas, a aristocracia tanto antiga, quanto medieval. É apenas a partir do Renascimento, “principalmente dos textos científicos e técnicos” (ABBAGNANO, p. 964) que o trabalho manual começa a ser valorizado.

Esta valorização dos trabalhos manuais são os sustentáculos para a superação econômica, da transição do feudalismo para o mercantilismo, não sendo mera coincidência a ascensão de uma nova classe a burguesia.

Estes novos aspectos da civilização, esta nova formação social, tem a sua definição final nos ideais iluministas, que segundo Abbagnano (2000, p. 965) “reivindica a dignidade do trabalho manual”.

Se outrora quem trabalhava era considerado um ser inferior, a partir do “esclarecimento”, denominação de Immanuel Kant para o iluminismo, o adágio: o trabalho dignifica o homem, está perfeitamente justificado e concomitantemente um novo paradigma econômico instaurado.

Os oprimidos, no sistema feudal, passam ao cargo de opressores, pois os burgueses que viviam nos burgos em torno do castelo, passam a ter o controle das terras, a partir dos empréstimos aos reis que viviam basicamente de espólios de guerras e vendo suas regalias esvaírem saldaram suas dívidas com a cessão de destas, e principalmente do dinheiro das negociações de suas manufaturas, não tardam a explorar o povo e a plebe que continuaria despossada tanto de bens quanto de terras.

Com a revolução industrial, estes burgueses, investiram pesado no avanço tecnológico tornando-se a classe dominante, sucumbindo os pequenos artesões e manufatureiros emplacando o capitalismo como sistema econômico.

Adam Smith (1723-1823) pai do liberalismo e um dos maiores representantes da economia política clássica sustenta em sua “Pesquisa sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” que:

1) só é produtivo o trabalho manual, cria bens materiais que têm valor de objetivo de troca; 2) os professores, os cientistas, os políticos, os governantes, em suma todos os produtores de bens imateriais, *quae tangere non possumus*, contribuem só indiretamente para a formação da riqueza nacional razão por que a riqueza de uma nação será tanto maior quanto menor for o mundo de ociosos; 3) alcança-se o ápice da sabedoria quando o Estado, deixando cada indivíduo livre para alcançar o máximo bem-estar pessoal, assegurar automaticamente o máximo bem-estar a todos os indivíduos. (REALE, G. e ANTISERI, D. 1991, p. 311)

Na base de desenvolvimento do capitalismo, o liberalismo clássico buscava o bem-estar de todos, e tinha no trabalho manual e na criação de bens de troca (livre mercado) o fundamento para uma sociedade mais igualitária, sendo antiestatal e de certa forma anticapitalista, porém foram desenvolvidas de formas diferentes de seus idealizadores, pois acredita que as funções do Estado devem ser reduzidas ao máximo, “em contrário ao capitalismo industrial que se desenhara impondo sua

escravidão assalariada, sua alienação do trabalho e seus princípios hierárquicos e autoritários de organização social e econômica.” (CHOMSKY. N.A. 2007, p. 17).

Georg W. F. Hegel (1770 – 1831) foi o primeiro que formulou uma teoria filosófica do trabalho, considerava que este era a mediação entre o homem e seu mundo e como afirma REALE, G. e ANTISERI, D: “o Estado é a própria ideia que se manifesta no mundo”. (1991, p. 150), é apenas pelo trabalho que chega ao mundo, pois elabora diferentes formas de se relacionar com o natural ele não o consome diretamente, ao contrário do animal, e ao relacionar-se e dependendo das finalidades confere valores diferentes em conformidade para que se destina:

Só na satisfação de suas necessidades através do trabalho é que o homem assim se educa tanto teoricamente por meio dos conhecimentos que o trabalho exige, quanto na prática, ao habituar-se à ocupação, ao adequar as suas atividades à natureza da matéria e ao adquirir aptidões universalmente válidas. Por isso, ao contrário do bárbaro, que é preguiçoso, o homem civilizado é educado no costume e na necessidade da ocupação (ABBAGNANO, N. 2000, p. 965).

O trabalho é que transforma o que necessito em algo que suprime minhas necessidades. Porém a supressão destas necessidades são frutos primeiramente do meu intelecto e posteriormente transformadas em algo material.

Marx inverte o sistema hegeliano a partir deste ponto, pois para ele o trabalho não é apenas um meio de sobrevivência é a própria vida.

A produção das ideias, das representações, da consciência, em primeiro lugar, está diretamente entrelaçada à atividade material às relações materiais dos homens, linguagem da vida real. As representações e os pensamentos, bem como o intercambio espiritual dos homens, ainda aparecem como emanção direta de seu comportamento material. E, do mesmo modo, isso vale para a produção espiritual, como ela se manifesta na linguagem política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc.; de um povo. São os homens produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais e atuantes tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações (1982, p.51).

Para Marx o ser é a sua própria materialidade seu modo de vida, determinada pelas condições materiais de sua época, condicionada a superestruturas, sendo esta, condicionada a base econômica. "Destá forma a personalidade humana é intrinsecamente (em sua própria natureza) condicionada por relações de trabalho e de produção que o homem participa para prover as suas necessidades, sendo que

sua consciência resultado dessas relações e não os seus pressupostos. "(ABBAGNANO. N. p.652. 2000). O que levou a concluir que uma mudança na base econômica, acarretaria em uma mudança na superestrutura e que apenas por este mudança, na consciência, mudaria o ser.

Portanto, trabalho, nesta perspectiva, está relacionado com a transformação do indivíduo da sociedade e do mundo e não apenas voltado para o desenvolvimento de habilidades para suprimir as demandas do mercado.

1.2 Educação para o trabalho ou desenvolver habilidades para o mercado?

A década de 1990 não marca apenas o fim da guerra fria, a derrocada dos países comunistas e o defenestrar dos sonhos socialistas é o decênio de afirmação do capitalismo, das consolidações das multinacionais e domínio dos mecanismos internacionais. Na educação temos na segunda semana de março de 05 á 09 na cidade tailandesa de Jomtien a Conferência Mundial de Educação para Todos em que é aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos. Sob a chancela da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e tendo como parceiros o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) começam a traçar os rumos desta nova civilização que não possui mais sombra política e tem o caminho aberto para desenvolver seus ideais.

Os principais patrocinadores da iniciativa de Educação para todos (PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial) cada um no âmbito de seu mandato e responsabilidades especiais, e de acordo com a decisão de suas instâncias diretoras, devem ratificar seu compromisso de apoio às áreas prioritárias de ação internacional listada abaixo, e a adoção de medidas adequadas para a consecução dos objetivos da Educação para todos. Sendo a UNESCO a agência das Nações Unidas particularmente responsável pela educação, deverá conceder prioridade à implementação do Plano de Ação e fomento dos serviços necessários ao fortalecimento da cooperação e coordenação internacionais. . (JOMTIEN, 1990)

Desta forma a Declaração estabelece eixos para o desenvolvimento de ações e objetivos para a educação mundial.

Subdividida em dez artigos trás nos textos um forte apelo discursivo, calcado na erradicação do analfabetismo, na estruturação dos sistemas de ensinos dos 146 países signatários, no fortalecimento dos elos com a iniciativa privada e organizações não governamentais, universalização do ensino e investimento na qualidade; explana sobre os investimentos dos Estados em todos os ramos da Educação, da infantil a universidade.

Tratando da educação de Jovens e Adultos o terceiro artigo (eixo) afirma:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. (JOMTIEN, 1990)

Ao mesmo tempo em que defende uma educação para todos (universal) com o intuito de minimizar as desigualdades, no item um, revela, no item dois, certas previsões, ou melhor, intenções, pois propor para a educação pública padrões mínimos é temeroso, revelando um possível projeto de dominação e não de emancipação.

Enquanto um projeto em prol da educação a Declaração de Jomtien revela qual o sujeito que pretende forma e para qual sociedade, sendo esta visivelmente capitalista.

Reafirmando o compromisso de 1990, o Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal (2000) trás os avanços dos países signatários:

Quando da realização do Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar, Senegal, no ano 2000, a UNESCO se responsabilizou pela coordenação das atividades de todos aqueles envolvidos na Educação para Todos (EPT), bem como por contribuir para a preservação do espírito de colaboração, com vistas ao alcance dos seis objetivos da EPT, dando aos resultados e prioridades de Dakar um lugar central dentro de seu trabalho. Ao mesmo tempo, o Marco de Ação de Dakar reconhece que a EPT representa um compromisso coletivo e que a força propulsora das ações associadas com a EPT nasce no interior dos países. Em Dakar também se reconheceu que ainda que os objetivos da EPT sejam os mesmos para todos, os desafios dos diversos países mudam de acordo com o contexto nacional e regional e com a realidade educacional de cada um. (DAKAR. 2000, p 14)

As metas estabelecidas ainda são para todos, porém atende, agora, as especificidades de cada região subdividindo o mundo em escritórios regionais:

O Marco de Ação de Dakar renova o compromisso mundial com uma educação básica de qualidade para todas as pessoas desde seu nascimento. O Escritório Regional de Educação da UNESCO para a América Latina e Caribe enfrenta um constante desafio de promover mudanças significativas nos processos educacionais. Suas ações estão orientadas pelos seis objetivos do Marco de Dakar e, pouco a pouco, consolidam a educação como uma potente ferramenta para a superação da pobreza e da iniquidade na região. Cada um dos seis objetivos requer compromissos específicos para o alcance de resultados nas diversas áreas. (DAKAR. 2000, p.2)

O discurso enfático de que é pela educação que as desigualdades serão superadas aparecem cada vez mais fortes e notórios nos documentos, objetivos e ações delineados pela UNESCO. Outra característica é o monitoramento desta liderança internacional, sendo que a partir de 2003 são estabelecidos Relatórios de Monitoramentos Globais, verificando a aplicabilidade das metas estabelecidas na década de 90:

O Escritório Regional de Educação também tem desenvolvido um eficiente trabalho de liderança e orientação em matéria de defesa e acompanhamento da iniciativa de EPT na região, destacando-se a publicação do Informe Regional de Monitoramento de EPT 2003 “Educação para Todos na América Latina: Um Objetivo ao Nosso Alcance”. (DAKAR. 2000, p.4)

O monitoramento local relembra, diuturnamente, os países signatários seus compromissos, além de tornar-se um poderoso mediador de investimentos na região, pois cumprir as metas é garantir investimentos estrangeiros e a garantia de empréstimos substanciosos.

A educação de jovens e adultos, objetivo três da EPT converge o preparo para o mercado de trabalho, esmaecendo a educação humanística em prol de uma educação produtiva. “Velar para que sejam atendidas as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos mediante um acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de preparação para a vida ativa.” (DAKAR, 2000).

Emitidos de ano em ano cada relatório trás uma temática, descrevendo as características básicas de cada escritório regional tomando forma de uma análise mundial da educação, sendo eles:

2013/4 – Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos.

2012 – Juventude e habilidades: colocando a educação em ação.

2011 – A crise oculta: conflitos armados e educação.

2010 – Alcançar os marginalizados.

- 2009 – Superando a desigualdade: por que a governança é importante.
- 2008 – Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?
- 2007 – Bases sólidas: cuidados e educação na primeira infância.
- 2006 – Alfabetização para a vida.
- 2005 – Educação para Todos: o imperativo da qualidade.
- 2003/4 – Gênero e Educação para Todos: o salto para a igualdade.
- 2002 – Educação para Todos: o mundo está no rumo certo?

A escolha pelo relatório de 2012 - Juventude e habilidades: colocando a educação em ação, a 10ª edição dos relatórios de monitoramento, é intencional, pois trata justamente do terceiro objetivo da Educação para Todos, educação de jovens e adultos e clarifica o paralelo entre a educação do trabalhador para transformação, primeira parte deste trabalho e a educação do trabalhador para que este se torne um ente produtivo, colaborador do sistema, obliterando uma possível superação de sua condição de explorado.

As populações de jovens são numerosas e seguem crescendo. O bem-estar e a prosperidade da juventude dependem mais do que nunca das habilidades que a educação e a capacitação podem proporcionar. Deixar de atender a essa necessidade representa um desperdício de potencial humano e poder econômico. Capacitar os jovens nunca foi tão fundamental... [...] Devemos preparar os jovens para a vida, dando-lhes oportunidades para encontrar trabalho digno, se sustentar, contribuir para as suas comunidades e sociedades e realizar o seu potencial. Em nível mais amplo, devemos ajudar os países a **qualificar a mão de obra da qual precisam para crescer na economia global**. (UNESCO. 2013, p. 3).

Estabelecidos as reais intenções, a de formar mão de obra, o caminho está traçado, sendo que para a manutenção do atual sistema é necessário incessantes investimentos na educação e principalmente na capacitação dos jovens e adultos, fato este que segundo o relatório é preocupante, visto que o mesmo relata uma estagnação da educação, e por esta, uma diminuição dos “doadores” e o chamam de extremamente preocupante.

O diagnóstico é desanimador, pois revela que os jovens e adultos não possuem as habilidades básicas para trabalhar no mercado atual. Desta forma surge a necessidade de qualificar os jovens para o trabalho. Nas políticas educacionais brasileiras atuais este é um fato notório, pois o PRONATEC visa atender estas exigências internacionais, injetando dinheiro público em empresas privadas fomentando estas a um enriquecimento, enquanto o Estado enfraquece seus sistemas de educação. “O engajamento de algumas empresas em atividades de

EPT lhes oferece a oportunidade de influenciar a formulação de políticas públicas em benefício de seus interesses comerciais.” (UNESCO. 2013, p. 22)

Visando superar o desemprego, são estas políticas que impregnam a formação de jovens e adultos, calcadas na aquisição de três habilidades: básicas, transferíveis e técnica-profissional.

Segundo o RMG de 2013 (2013, p. 23) as Habilidades básicas consistem no nível mais elementar da educação, que são as aquisições da leitura, escrita e cálculo, pois são pré-requisitos para a continuidade da educação e capacitação; habilidades transferíveis são capacidades de resolver problemas e comunicar ideias e informações com eficácia, de ser criativo e demonstrar liderança, consciência e empreendedorismo. Esta habilidade é necessária para a adaptação do educando aos diversos ambientes de trabalho, visando à permanência em um emprego mais bem remunerado; formação técnica e profissional oportunidade de capacitação de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal, uma segunda chance de aprender as habilidades básicas, sendo que estas podem ser oferecidas em trabalho e treinamentos nas empresas.

A figura abaixo desempenha uma prisão social em que o jovem, pobre relegado a um ostracismo educacional e longe da cadeia produtiva vê-se enclausurado em um sistema vicioso em que somente pode galgar uma nova posição social a partir da submissão ao sistema que o explora.



Fonte: (UNESCO. 2013, p. 24)

“Fornecer oportunidades iguais na escola e, ao mesmo tempo, reforçar a qualidade da educação constitui um primeiro passo importante para assegurar que os jovens adquiram a vasta gama de habilidades de que precisam para melhorar suas perspectivas de emprego.” (UNESCO. 2013, p. 25) A constatação de que são os jovens e adultos descolarizados que beiram as maiores chances de desemprego ou subempregos com remuneração baixa tem apenas o intuito de justificar a ênfase na semiformação ou formação aligeirada atendendo as demandas imediatas do mercado.

Portanto a educação de Jovens e adultos apenas reflete os discursos de que não existem outras saídas para a educação, a não ser a de reforçar o sistema atual. Trabalho, nesta perspectiva, não visa transformação, mas manutenção, voltado para a subsistência básica e pautado no evolucionismo econômico pessoal.

2. CONCLUSÃO

Encerrando as análises explicitando de que forma os mecanismo internacionais, com especial ênfase na UNESCO, trabalham em prol da manutenção

do sistema capitalista a partir da década de 1990 e de que forma a educação para o trabalho é visto como superação das condições econômicas por meio de um controle rigoroso de políticas públicas. As buscas pelo consentimento das classes empobrecidas, demonstrando que não há saída, fora, dos atuais sistemas de forças produtivas desempenhadas pelo capitalismo, se configuram por meio de discursos.

A tônica é reforçar o empoderamento das classes marginalizadas e que não tiveram escolarização no tempo certo, fazendo-os acreditar que um curso técnico, pode garantir acesso ao mercado de trabalho. A educação de Jovens e Adultos, a partir das políticas educacionais do Brasil reforçam esta ideia, uma ideia que perpassa governos, não importando se eles são de direita ou esquerda.

Porém existem projetos que valorizam esta formação para o trabalho, mas vão à contra mão da ideologia dominante e pretende romper com a incessante busca do capital, tais projetos valorizam o trabalhador e o seu trabalho, buscando em ideais libertários a quebra dos grilhões financeiros, e fortalecendo os laços para uma comunidade global.

Desta forma a EJA, acaba por não cumprir nem o modelo, pois não consegue atingir a parcela da população que lhe é destina de forma a qualificar o jovem, nem o projeto de libertação, limitando-se apenas a reproduzir as relações de poder.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHOMSKY, N. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Hedra, 2011.

MARX, K. **Para uma teoria crítica da Economia**. Coleção os economista. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

REALE, G. e ANTISERI, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Vozes. 1991.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos**. Brasília: Edições Unesco, 2013.

WORLD CONFERENCE ON EDUCATION FOR ALL (WCEFA). Declaração Mundial sobre Educação para Todos. In: Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Documento Eletrônico. Jomtien: mar./1990.

Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

_____. O marco de ação de Dakar Educação para todos: atendendo nossos compromissos coletivos. Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: www.unesco.org.br/publicacao/doc-internacionais/marcodakar acesso: 01 abr. 2014.